



**ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DA CÂMARA MUNICIPAL DE ALPIARÇA REALIZADA NO DIA 31 DE
JULHO DE 2019 - Nº 14/2019 - MANDATO 2017 – 2021**

Aos trinta e um dias do mês de Julho do ano de dois mil e dezanove, nesta Vila de Alpiarça, no Auditório do Edifício dos Paços do Concelho, sito na Rua José Relvas, número trezentos e setenta e quatro, reuniu a Câmara Municipal de Alpiarça, eleita para o quadriénio 2017/2021, sob a Presidência do Excelentíssimo Senhor Presidente Mário Fernando Atracado Pereira e com a presença dos Senhores Vereadores Carlos Jorge Duarte Pereira, João Pedro Costa Arraiolos, Sónia Isabel Fernandes Sanfona da Cruz Mendes e António da Conceição Moreira. Secretariou a reunião Nuno Miguel Tendeiro Paulino, Dirigente Intermédio de 3º Grau da Unidade Orgânica Financeira da Câmara Municipal de Alpiarça.

A Ordem do Dia da Reunião de Câmara, antecipadamente remetida a todos os Vereadores, nos termos do Nº2 do artigo 53º do Regime Jurídico das Autarquias Locais, aprovado pela Lei Nº 75/2013 de 12 de Setembro, foi a seguinte:

Ponto 01 – Ata para apreciação e votação.

Proposta de Ata n.º 13/2019 - Reunião realizada no dia 12/07/2019

Município de Alpiarça

Para Deliberação:

Ponto 02 –Minuta de Protocolo de Colaboração entre a Câmara Municipal de Alpiarça e a Associação Portuguesa de Apoio à Vítima, para a criação da Equipa Móvel de Apoio à Vítima da Lezíria do Tejo.

Município de Alpiarça

Para Deliberação, nos termos e fundamentos da presente proposta:

Ponto 03 – Afetação ao domínio público de uma parcela de terreno com a área de 350 m², sita na Rua Eng.ª Francisco António Vasconcelos Casqueiro, Casalinho, Alpiarça, descrito na Conservatória do Registo Predial de Alpiarça sob a descrição 8182/20101222, para execução de um parque de



estacionamento público.

Município de Alpiarça

Para Deliberação, nos termos e fundamentos da presente Informação:

Remeter à Assembleia Municipal:

Ponto 04 – Proposta de Apoio Financeiro à Associação Spina Bífida e Hidrocefalia de Portugal.

Município de Alpiarça

Para Deliberação, nos termos e fundamentos da presente Informação:

Ponto 05 – Concessão de Alvará nº 14/2019 – Processo nº 2019/900.10.002.02/3, para realização de um evento de Ciclismo.

Município de Alpiarça

Para Ratificação:

Ponto 06 – Licença Especial de Ruído, com início às 21,30 h do dia 03/08/2019 e termo às 02,00 h do dia 04/08/2019, para realização do evento “Há Festa na Minha Rua”, a realizar na Rua 25 de Abril, junto à Associação Cultural Desportiva, no Frade de Cima, em Alpiarça; com início às 21,30 h do dia 17/08/2019 e termo às 02,00 h do dia 18/08/2019, para realização do evento “Há Festa Minha Rua”, a realizar na Rua Jacinto dos Mártires Falcão, junto ao Supermercado José Rosa, em Alpiarça e com início às 21,30 h do dia 24/08/2019 e termo às 02,00 h do dia 25/08/2019, para realização do evento “Há Festa na Minha Rua”, a realizar na Rua Conselheiro Figueiredo Leal, junto à Pastelaria das Faias, em Alpiarça.

Solicita isenção de taxas.

Requerente: Junta de Freguesia de Alpiarça

Para Deliberação:

Ponto 07 – Proposta Referente ao Projeto de Revisão Extraordinária Intercalar da Trajetória Tarifária do Contrato de Gestão Delegada Outorgado pela Resiurb e pela Ecoléziria e ao Procedimento de Autorização de Despesa e de Compromisso Plurianual.

Município de Alpiarça



Para Deliberação, nos termos e fundamentos da presente proposta:

Remeter à Assembleia Municipal:

Ponto 08 – Proposta de Regulamento do Serviço de Abastecimento Público de Água.

Município de Alpiarça

Para Deliberação, nos termos e fundamentos da presente proposta:

Remeter à Assembleia Municipal:

Ponto 09 – Proposta de Regulamento do Serviço de Saneamento de Águas Residuais Urbanas.

Município de Alpiarça

Para Deliberação, nos termos e fundamentos da presente informação:

Remeter à Assembleia Municipal:

A reunião foi aberta pelo Senhor Presidente da Câmara, Mário Fernando Atracado Pereira, eram quinze horas e vinte minutos, que cumprimentou todos os presentes e distribuiu de seguida o resumo diário de tesouraria referente ao dia trinta de Julho de dois mil e dezanove, com um total de disponibilidades de 283.286,79 Euros (duzentos e oitenta e três mil, duzentos e oitenta e seis euros e setenta e nove cêntimos).

O Presidente deu inicio ao Período Antes da Ordem do Dia.

PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA:

Presidente

Começou por dar nota da assinatura do Acordo de Colaboração para as obras de empreitada da requalificação global da escola EB 2,3 S José Relvas de Alpiarça, assinado com a Sra. Secretária de Estado Adjunta e da Educação, na sequência de um processo longo, considerando que desde há muito tempo que a escola precisa de obras. Informou que o processo tem sido moroso e que a Câmara assumiu metade da componente nacional do esforço global necessário para a obra.



Transmitiu também que já foi realizado o projeto de arquitetura, com responsabilidade da DGESTE, sendo que o Município assumirá agora os projetos de especialidades, de forma a avançar rapidamente para a candidatura e o concurso publico. Deu conhecimento de um protocolo, estabelecido com o Ministério da Administração Interna, para financiamento de obras nos Canis e Gatis Municipais, tendo o Município de Alpiarça visto uma candidatura aprovada para o efeito, que dotará o atual Canil de melhores condições. Informou também que brevemente será iniciada a limpeza da Vala de Alpiarça, cuja candidatura está já aprovada, para o espaço territorial do Concelho, tendo havido necessidade de garantir disponibilidade financeira por parte do Município. Realçou a realização do décimo Festival do Melão de Alpiarça, dando uma nota muito positiva do certame, com a convicção de que é algo importante para este setor produtivo, bem como para a imagem do Concelho.

Vereadora Sónia Sanfona

Começou por saudar o executivo pela assinatura do protocolo celebrado com o Ministério da Educação para a reabilitação geral da Escola EB 2,3 S de José Relvas. Disse que, enquanto vereadores da oposição, ficaram satisfeitos pelo inicio da concretização de uma aspiração de todos, que é a melhoria das condições da Escola e que, com o governo do Partido Socialista foi possível estabelecer este protocolo de cooperação. Referiu que o Sr. Presidente deveria ter trazido para a reunião uma cópia do Protocolo. O presidente esclareceu que o Protocolo foi o que foi aprovado em reunião de Câmara, mas concordou que o devia ter trazido. A Vereadora continuou, fazendo referência ao que conhece do projeto, em particular à construção de um novo bloco para auditório, biblioteca escolar e sala do futuro, reiterando que os vereadores da oposição não conhecem o projeto que está previsto para o referido bloco. Comentou que não tem conhecimento do que foi considerado prioritário nas obras de reabilitação e na construção de um novo edifício e o que levou a escolher esta tipologia, solicitando estes esclarecimentos. Relativamente ao protocolo das obras do Canil Municipal, disse que os vereadores do Partido Socialista solicitaram por diversas vezes informações sobre o que se pensava fazer ao canil, vendo com satisfação a assinatura de um protocolo e a concretização do que eram também os seus anseios e preocupações. Saudou o Executivo pela realização do décimo Festival do Melão, considerando que esta realização é de todos os alpiarçenses e que deve ser reconhecido o trabalho e o esforço que permite que estes



acontecimentos se concretizem, fazendo um balanço positivo do certame. Sobre a questão da limpeza e conservação da Vala Real, registou que se conseguiu um financiamento para esta intervenção e questionou se, para além da limpeza e remoção da vegetação, também haverá a preocupação com o facto de a vala estar poluída, por vezes emanando cheiros nauseabundos e se há intenção de verificar se é possível saber onde estão os focos de poluição e como se pode intervir por forma a minimizar ou erradicar os seus efeitos. Deixou uma sugestão no sentido de considerar as questões ambientais do concelho, quer da vala, quer da barragem, como uma única, estabelecer uma preocupação central relativamente a ela e diligenciar no sentido de encontrar uma solução, também ela conjunta. Fez uma referência positiva ao facto de Alpiarça ter uma meta volante na Volta a Portugal em Bicicleta, considerando as tradições do ciclismo no concelho, com uma boa parte da sua história desportiva e dos grandes ciclistas que por aqui passaram, alguns naturais do concelho. Perguntou ainda qual a sua implicação em termos de custos para a autarquia. Recordou a visita da Sr. Secretária de Estado da Administração Interna às instalações do Posto da GNR e lembrou que, na visita efetuada ao restante edifício, onde funcionaram os antigos Paços do Concelho, ficou muito surpreendida e desgostosa com o seu estado de abandono. Não conhecendo as opções do Executivo e a possibilidade de intervenção naquele edifício, no âmbito da requalificação urbana, questionou qual é a situação atual, se foi feita alguma limpeza ou se tem havido alguma preocupação na sua manutenção. Deu nota de uma situação relativa à recolha de lixo no Parque de Campismo, tendo reparado que, durante alguns dias havia lixo acumulado. Não conhecendo como está organizada a recolha de lixo no Parque, julga que esta é uma situação que incomoda todas as pessoas que por ali passam e as que estão no Parque. Terminou a sua intervenção perguntando se, na sequência do concurso efetuado, houve alguma proposta para o espaço da Praça do Município ou se se existe alguma solução prevista para aquele local.

Vereador António Moreira

Começou também por se congratular com os protocolos recentemente assinados pelo Sr. Presidente, principalmente o que diz respeito à escola EB 2,3 S de José Relvas, considerando que as obras são necessárias e que foram adiadas durante muito tempo. Saudou também o protocolo assinado em relação ao canil, de forma a melhorar o espaço e a dar condições às pessoas que lá trabalham, mostrando satisfação pelo facto de esta questão estar em vias de se tornar realidade.



Falou na Loja de Cidadão, perguntando se não há possibilidades de fazer um estudo e estabelecer um horário condigno para aquele serviço. Entende que uma Loja do Cidadão deve ser para resolver problemas de pessoas que trabalham em repartições de finanças, em cartórios, etc e que possa ter um horário mais condicente com as suas necessidades. Recordou que há cerca de três anos a autarquia colocou alcatrão nalguns arruamentos, tendo-se suprimido as passadeiras e que ainda não foram repostas, referenciando uma na zona das Faias que considera fundamental. Saudou a realização do Festival do Melão, registando com agrado a resolução do problema das instalações sanitárias do Parque do Carril, mas lamentou a situação da vala, relativamente à sua limpeza, dizendo que com um pouco de boa vontade poder-se-ia ter limpo a zona onde decorreu o espaço da Feira do Melão. Entende ainda que no certame poderia ser inserida na componente do vinho, considerando que Alpiarça é uma zona de bons vinhos e com muitas casa agrícolas que se dedicam à sua produção, com prova e vendas de vinho de Alpiarça. Fez alusão à situação da vala e à sua poluição, perguntando se foi feito algum estudo ou alguma tentativa de descobrir o porquê da poluição, de onde vem e se já houve ações da GNR. Questionou de seguida o alinhamento de um prédio em construção, licenciado pela Câmara, no cruzamento da Rua Manuel Nunes Ferreira com a Rua Joaquim Nunes Ferreira.

Vereador Carlos Jorge Pereira

Fez a apresentação dos serviços efetuados pela autarquia desde a reunião anterior, com destaque para a preparação do Festival do Melão e da Alpiagra.

Presidente

Começou por responder à questão da reabilitação da Escola EB 2,3 S de José Relvas, dizendo que, no essencial, o objetivo é recuperar o edificado existente, estando o pavilhão gimnodesportivo de fora e o edifício mais recente, o bloco D, que embora esteja ainda bem conservado, será também alvo de pequenas intervenções. É nesse edifício que está a biblioteca e o auditório, que passará a funcionar como bloco de salas de aula, com novas divisórias, havendo um ganho de salas disponíveis. Haverá uma intervenção no espaço exterior, com espaços ajardinados, mas sobretudo ao nível do edificado, tendo esta questão sido discutida com o Agrupamento, que terá um novo bloco com uma biblioteca, um auditório e uma sala do futuro. Está previsto que o auditório, com



capacidade de cerca de cento e quarenta lugares, possa ser utilizado pela Câmara e pela comunidade, estando para isso equacionada uma saída direta para a rua. O campo de jogos será também alvo de reabilitação, ao nível do piso e das bancadas, bem como a envolvente. O edifício da cantina e do bar será melhorado, mas o grosso da intervenção será feito nos edifícios, de forma a criar mais conforto nas salas de aula. Em relação à vala real, admitiu que houve algumas descargas para a vala e que os maus cheiros foram acentuados pela queda de água no paredão e pelo repuxo junto ao Parque do Carril, tendo a Câmara apresentado queixa na GNR e os serviços do Município também procuraram perceber de onde vinham as descargas, o que foi confirmado pelo Vereador Carlos Jorge Pereira. O Presidente continuou, dizendo que, apesar de tudo a vala, nos últimos anos, tem estado em muito melhores condições, se se tiver em conta que era o curso natural dos despejos de várias zonas, incluindo a fábrica do papel de Ulme, a zona industrial e os esgotos de saneamento urbano. Só a partir de dois mil e dez, com uma intervenção das Águas do Ribatejo, houve uma evolução positiva. O Presidente observou que, apesar disso, estas descargas são preocupantes e, por isso, foram apresentadas queixas às autoridades competentes, para que se encontrem os poluidores e se tomem as diligências necessárias, prevenindo eventuais novos focos de poluição. Recordou que, no seguimento da ideia de ver as situações ambientais em conjunto, tem sido visto com os governos a questão da vala, da Barragem dos Patudos e agora também os diques, reiterando aqui que estes são da responsabilidade da administração central. Transmitiu que, no caso da Barragem e da Vala, estas questões têm sido tratadas em conjunto, estando pedida uma audiência com o novo Secretário de Estado do Ambiente, para continuar a tratar destes assuntos. Sobre a meta volante da Volta a Portugal em Bicicleta disse que o valor atribuído foi de dois mil e quinhentos euros e que é com muito agrado que a Volta passa em Alpiarça. Deu nota que sempre que houve oportunidade, a Autarquia nunca negou a sua participação nesta prova e admitiu que o que gostaria era ter uma partida ou uma chegada da Volta. Lembrou que as últimas chegadas da Volta a Portugal, em Alpiarça, aconteceram com a CDU como maioria na Câmara Municipal.

O Vereador Carlos Jorge Pereira mencionou que três dos ciclistas que participam nesta Volta a Portugal fizeram toda a sua formação no “Águias de Alpiarça”.

O Presidente continuou dizendo que, em relação à visita da Sra. Secretária de Estado da Administração Interna, disse que a Secretaria de Estado já adjudicou os projetos para o novo



quartel e sobre o edifício da Câmara velha, onde está o Posto da GNR, só se justificará uma intervenção depois da sua saída, lembrando que o edifício está inserido no PARU. Sublinhou que a Câmara tem feito algumas melhorias nas instalações, com o apoio também da Junta de Freguesia, reconhecendo embora que, muito longe do que seria desejável. Acrescentou que no resto do edifício estavam alguns papéis e objetos que tinham sido utilizados em atividades da Câmara, na área da cultura, tendo lá funcionado também a CPCJ e daí que existissem algumas roupas, que ainda lá continuam, situação que terá de se verificar.

A Vereadora Sónia Sanfona acha que devia ser feita uma limpeza no edifício, até por uma questão de conservação do mesmo, tomando algumas medidas que evitem uma degradação mais rápida.

O Presidente continuou, esclarecendo que o concurso para o edifício da Praça do Município ficou deserto mas houve uma pessoa que não pôde concorrer e que, posteriormente, mostrou interesse em fazer uma proposta. Acrescentou que neste momento está a adiar uma decisão, tendo em conta uma nova situação que se prende com o processo de reabertura da estação dos CTT em Alpiarça. Considerou que, neste processo, a primeira opção para a instalação dos CTT, seria no local onde funcionaram durante muitos anos, que é propriedade da Fundação José Relvas, mas que, convém ter um ou dois edifícios de reserva e o da Praça do Município é um deles. Relativamente ao Festival do Melão recordou que a Casa Paciência participou no certame com um espaço de exposição e venda de vinhos, embora faça sentido a proposta do Vereador António Moreira de, no futuro, dar mais importância a este setor. Sobre a construção de uma casa no cruzamento da Rua Manuel Nunes Ferreira com a Rua Joaquim Nunes Ferreira, disse que o processo foi despachado de acordo com as informações técnicas e jurídicas, tendo na altura chamado à atenção devido à proximidade do fontanário, havendo legitimidade dos proprietários que preservaram o espaço público.

Vereador Carlos Jorge Pereira

Respondeu à questão da recolha de lixo no Parque de Campismo, clarificando que quando os contentores estão cheios, a arrendatária contacta os serviços da Câmara, que de imediato se deslocam ao local. Admitiu que as questões das passadeiras já aqui foram referidas mais que uma vez, mas ainda não houve tempo para as fazer. Sobre o Festival do Melão, comentou que este tem-se vindo a afirmar de ano para ano, tendo este ano praticamente duplicado o número de



expositores e, mesmo assim, haviam mais inscrições que não houve possibilidade de satisfazer.

A Vereadora Sónia Sanfona disse que se o Festival se continuar a afirmar, fará sentido ponderar o seu crescimento para o local onde se encontram os produtores, solução que o Vereador Carlos Jorge Pereira disse já ter sido abordada.

O Vereador destacou ainda algumas iniciativas incluídas no certame, como o almoço gastronómico, a caminhada pelos meloais e o passeio a cavalo, que atraíram muitas pessoas de fora do concelho.

O Presidente referiu também o ciclo-turismo.

A Vereadora Sónia Sanfona observou que o espaço onde está o bar pode ser melhorado, mantendo no entanto uma estrutura em madeira.

Vereador João Pedro Arraiolos

Referiu-se à questão dos horários do Espaço do Cidadão, clarificando que estes estão em vigor há mais de dois anos, em que durante três dias o horário praticado é das treze às dezanove horas, na quarta-feira funciona durante a manhã, tendo em conta a realização do mercado semanal, que se realiza no mesmo período e ao sábado de manhã, das nove às doze horas. Justificou que, havendo alguma limitação de pessoal e considerando períodos de férias, há necessidade de articular os serviços e, por vezes, nestes períodos poderá estar encerrado, o que acontece todos os anos. Realçou ainda que este espaço está disponível para espaço do cidadão, mas também para dar apoio a alguns serviços da Câmara e que, como serviço específico de espaço do cidadão, não tem uma afluência muito grande, daí que seja uma questão que se está a analisar e que em Setembro ou Outubro, com ideias mais definidas, poderá sofrer uma remodelação.

O Vereador António Moreira disse perceber a situação, mas acha que em vez de haver um empregado para aquele serviço, deveria haver dois empregados e o horário poderia ser ininterrupto, das nove da manhã às cinco da tarde, todos os dias, entendendo que o que faz confusão nas pessoas é ser um dia de manhã e outro de tarde.

Terminado o período da Ordem do Dia, foram apreciados os pontos constantes da Ordem de Trabalhos, tendo sido tomadas as seguintes deliberações:



PERÍODO DA ORDEM DO DIA:

Ponto 01 – Ata para apreciação e votação.

Proposta de Ata n.º 13/2019 - Reunião realizada no dia 12/07/2019

Município de Alpiarça

Para Deliberação:

O vereador António Moreira propôs a seguinte alteração: na ultima linha da página três, onde se lê “...que só tem a questão desportiva.”, deve ler-se “...que só tem praticamente a função de pesca desportiva.”.

O Presidente propôs as seguintes correções: na página quatro, linha seis onde se lê “...aconteceu à cerca...”, deve ler-se “...aconteceu há cerca...”; na página cinco, linha vinte e dois, substituir “tejo” por “Tejo”; na página seis, linha dezoito, substituir “carril” por “Carril”.

O Presidente colocou a Ata à votação, com as alterações propostas, tendo sido aprovada por unanimidade.

Ponto 02 –Minuta de Protocolo de Colaboração entre a Câmara Municipal de Alpiarça e a Associação Portuguesa de Apoio à Vítima, para a criação da Equipa Móvel de Apoio à Vítima da Lezíria do Tejo.

Município de Alpiarça

Para Deliberação, nos termos e fundamentos da presente proposta:

O Presidente esclareceu que este processo foi desenvolvido no âmbito da Comunidade Intermunicipal.

O Vereador João Pedro Arraiolos referiu que se trata de um protocolo entre a APAV e a CIMLT. Recordou que a APAV, com um papel extremamente importante de apoio à própria sociedade, dependia de apoios estatais que têm vindo a diminuir, pondo em causa o seu funcionamento. Foi por isso decidido entre os onze Municípios prestar esse apoio, com valores iguais para todos, tendo em conta a proposta que foi apresentada e que foi aceite unanimemente.

A Vereadora Sónia Sanfona disse que acompanha a atividade da APAV há muitos anos, tendo um apreço especial por esta associação. Considerou que faz um trabalho extraordinário, num fenómeno de violência, sobretudo nas mulheres e nos idosos, que tem vindo a crescer, em



quantidade ou em visibilidade e, por isso, acha que é uma entidade que deve ser apoiada, sendo bem vinda esta iniciativa da Comunidade Intermunicipal, com o apoio dos municípios. Perguntou se, com o protocolo, a Associação passa a ter alguma atividade sequencial no concelho, ou seja quantas vezes por mês está presente ou se fica ao critério das necessidades.

O Vereador João Pedro Arraiolos esclareceu que o primeiro atendimento será feito por uma pessoa da rede social, que receberá formação para o efeito por parte de um técnico da APAV, que depois encaminhará para a própria Associação.

Não havendo mais questões, o Presidente colocou o protocolo à votação, que foi aprovado por unanimidade.

Ponto 03 – Afetação ao domínio público de uma parcela de terreno com a área de 350 m², sita na Rua Eng.ª Francisco António Vasconcelos Casqueiro, Casalinho, Alpiarça, descrito na Conservatória do Registo Predial de Alpiarça sob a descrição 8182/20101222, para execução de um parque de estacionamento público.

Município de Alpiarça

Para Deliberação, nos termos e fundamentos da presente Informação:

Remeter à Assembleia Municipal:

O Presidente fez a apresentação do ponto, baseado nos pareceres técnico e jurídico.

O Vereador António Moreira questionou a largura do parque de estacionamento, tendo em conta o parecer técnico e se o proprietário concordou com esse parecer.

O Presidente disse que terá de se discutir e aprovar a proposta técnica e depois será acertado com o proprietário.

A Vereadora Sónia Sanfona mencionou que, tendo lido os pareceres, não lhe parece que haja qualquer inconveniente e que cumprem o que está estipulado. No entanto tem dúvidas no parecer técnico relativamente à cedência do terreno, considerando que o pedido do requerente trata de uma informação sobre a viabilidade de execução e alinhamento de um muro, com a distância de três metros da via pública, não lhe parecendo haver no requerimento nenhuma intenção de cedência de terreno, não estando explícito que o mesmo pretende fazer uma cedência de terreno para o domínio público.

Foram clarificados os pressupostos dos documentos e decidiu-se fazer a votação, nos termos e



fundamentos das presentes informações.

Posto à votação, foi o ponto aprovado por unanimidade e deliberado remeter à Assembleia Municipal.

Ponto 04 – Proposta de Apoio Financeiro à Associação Spina Bífida e Hidrocefalia de Portugal.

Município de Alpiarça

Para Deliberação, nos termos e fundamentos da presente Informação:

O Vereador João Pedro Arraiolos esclareceu que a Associação Spina Bífida e Hidrocefalia de Portugal solicitou uma participação para uma munícipe, para participar no “Campo de Treino mais Eu 2019”. Trata-se de um conjunto de atividades desenvolvidas por esta Associação, apoiada em cerca de setenta e cinco por cento pelo Instituto Nacional de Reabilitação, que este ano não consegue disponibilizar esse apoio. A presente proposta vai no sentido de o Município deliberar aprovar um apoio no valor de duzentos e oitenta e cinco euros, referente aos setenta e cinco por cento do valor da vaga.

Não havendo questões a colocar, o Presidente colocou a proposta de apoio à votação, que foi aprovada por unanimidade.

Ponto 05 – Concessão de Alvará nº 14/2019 – Processo nº 2019/900.10.002.02/3, para realização de um evento de Ciclismo.

Município de Alpiarça

Para Ratificação:

O Presidente esclareceu os pressupostos da concessão do alvará referido.

Colocado o ponto à votação, foi a ratificação aprovada por unanimidade.

Ponto 06 – Licença Especial de Ruído, com início às 21,30 h do dia 03/08/2019 e termo às 02,00 h do dia 04/08/2019, para realização do evento “Há Festa na Minha Rua”, a realizar na Rua 25 de Abril, junto à Associação Cultural Desportiva, no Frade de Cima, em Alpiarça; com início às 21,30 h do dia 17/08/2019 e termo às 02,00 h do dia 18/08/2019, para realização do evento “Há Festa Minha Rua”, a realizar na Rua Jacinto dos Mártires Falcão, junto ao Supermercado José Rosa, em Alpiarça e com início às 21,30 h do dia 24/08/2019 e termo às 02,00 h do dia 25/08/2019, para



realização do evento “Há Festa na Minha Rua”, a realizar na Rua Conselheiro Figueiredo Leal, junto à Pastelaria das Faias, em Alpiarça.

Solicita isenção de taxas.

Requerente: Junta de Freguesia de Alpiarça

Para Deliberação:

O Presidente esclareceu que se trata de três licenças de ruído, para a iniciativa da Junta de Freguesia “Há Festa na Minha Rua”, em dias e locais diferentes e com pedido de isenção de taxas. Aproveitou para dizer que se trata de uma intervenção muito positiva da Junta de Freguesia, com uma ligação a vários pontos do concelho, sobretudo fora do centro urbano da vila, incluindo os lugares. Destacou a colaboração dos estabelecimentos comerciais e a participação da população. O Presidente colocou de seguida o ponto à votação, tendo as licenças sido aprovadas por unanimidade.

Ponto 07 – Proposta Referente ao Projeto de Revisão Extraordinária Intercalar da Trajetória Tarifária do Contrato de Gestão Delegada Outorgado pela Resiurb e pela Ecoléziria e ao Procedimento de Autorização de Despesa e de Compromisso Plurianual.

Município de Alpiarça

Para Deliberação, nos termos e fundamentos da presente proposta:

Remeter à Assembleia Municipal:

O Presidente deu nota que este assunto já esteve presente em reunião de Câmara e de Assembleia Municipal, tendo sido aprovado por maioria. Esclareceu que o parecer da ERSAR aponta para um valor ligeiramente inferior ao que estava previsto, o que faz com que a despesa do município seja inferior ao que estava previamente aprovado e havendo esta alteração, decorrente do parecer da ERSAR, obriga a que todo este processo tenha de ir novamente a cada uma das Câmaras Municipais, bem como à Assembleia Intermunicipal da RESIURB e da ECOLEZÍRIA, para formalizar.

Não houve mais intervenções.

O Presidente colocou o ponto à votação, que foi aprovado por maioria, com três votos a favor (CDU) e duas abstenções (PS).

Deliberado ainda remeter à Assembleia Municipal.

Ponto 08 – Proposta de Regulamento do Serviço de Abastecimento Público de Água.



Município de Alpiarça

Para Deliberação, nos termos e fundamentos da presente proposta:

Remeter à Assembleia Municipal:

O Presidente esclareceu que este ponto refere-se à Proposta de Regulamento do Serviço de Abastecimento Público de Água, que terá de ser aprovado em reunião de Câmara e nas respetivas Assembleias Municipais, já depois do parecer da ERSAR. Deu nota que este documento foi discutido nas “Águas do Ribatejo” e posteriormente sujeito a consulta pública, não tendo havido propostas de alteração.

A Vereadora Sónia sanfona disse que não vê grandes alterações em relação ao Regulamento anterior e referiu que os regulamentos preveem um conjunto de formalidades e obrigações da entidade gestora e também, neste caso, do Município de Alpiarça. Entende que estes regulamentos são para ser cumpridos de parte a parte e, tratando-se de um serviço público essencial, as pessoas não podem depois escudar-se noutras situações e devem assumir as suas responsabilidades. Afirma ainda que a entidade gestora deve cumprir rigorosamente a sua obrigação e que o Município, sempre que houver queixas relativamente à qualidade da água, deve informar essa situação. Fez mais algumas considerações sobre as responsabilidades da entidade gestora, decorrente do presente regulamento, sublinhando que nas reparações efetuadas por esta, na via pública, é preciso que o estado da mesma seja repostado nas devidas condições.

O Presidente concordou na generalidade com o que foi dito pela Vereadora Sónia sanfona, acrescentando que os regulamentos são basicamente os que estão em vigor desde o início do processo, havendo um entendimento estabelecido por parte dos municípios das Águas do Ribatejo, que têm uma satisfação generalizada quanto à intervenção e capacidade de realização, de melhoria e manutenção, que normalmente é feita com rapidez e eficácia. Considera no entanto que há um problema, que está identificado e que tem a ver com a reposição dos pavimentos, aquando das intervenções pontuais, o que acontece em todos os municípios. Em relação à água distribuída pelas “Águas do Ribatejo”, acha que é boa e que está nos valores máximos em termos de qualidade, com investimentos muito grandes para atingir estes parâmetros.

O Presidente colocou de seguida a proposta de regulamento à votação, que foi aprovada por unanimidade. Deliberado ainda remeter à Assembleia Municipal.



Ponto 09 – Proposta de Regulamento do Serviço de Saneamento de Águas Residuais Urbanas.

Município de Alpiarça

Para Deliberação, nos termos e fundamentos da presente informação:

Remeter à Assembleia Municipal:

A discussão deste ponto foi feita em conjunto com o ponto oito.

O Presidente colocou de imediato a proposta de regulamento à votação, que foi aprovada por unanimidade.

Deliberado ainda remeter à Assembleia Municipal.

Terminado o Período da Ordem do dia, o Presidente deu a palavra aos Múncipes, dando início ao Período do Público.

PERÍODO DO PÚBLICO

Não houve intervenções.

ENCERRAMENTO DA REUNIÃO

Nada mais havendo a tratar, foi a reunião encerrada pelo Sr. Presidente, eram dezassete horas e quarenta minutos, da qual, para constar, se lavrou a presente ata que, para efeitos de execução imediata foi aprovada em minuta, por unanimidade, com todos os efeitos legais a partir desta data. E eu, Celestino Tomás Pereira Brasileiro, a exercer funções de Secretário do Gabinete de Apoio à Vereação, a redigi e vou assinar com o senhor Presidente.